

OM

O Monatran

JORNAL DO MONATRAN –
MOVIMENTO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO
FLORIANÓPOLIS/SC
JANEIRO DE 2020
ANO 11 - Nº 121



**Frederico de Moura
Carneiro é o novo
diretor do Denatran**

PÁGINAS 4

“Habemus Ponte!!!”



Assim como naquela tarde de 13 de maio de 1926, quando foi aberta ao tráfego pela primeira vez, a Ponte Hercílio Luz, finalmente, voltou a ser o centro das atenções a partir do dia 30 de dezembro. O monumento mais emblemático de Santa Catarina está novamente acessível para cidadãos e visitantes, após 28 anos de interdição total. Obra de arquitetura única, a restauração do cartão-postal chegou ao ápice no penúltimo dia do ano, com a reabertura da estrutura, quando uma multidão de cerca de 50 mil pessoas atravessou a ligação mais antiga entre Ilha e Continente. Agora só falta a inauguração propriamente dita, com a liberação das pistas para o tráfego de veículos. (Páginas 8 e 9).



NÃO CORRA PAPAI.



PARADA
OBRIGATÓRIA



VELOCIDADE
MÁXIMA



PROIBIDO
ULTRAPASSAR



PROIBIDO
MUDAR DE
FAIXA DE
TRÂNSITO

EDITORIAL

4 meses de escuridão

Inaugurada de forma provisória pelo governo do Estado e sem iluminação pública, a rodovia de acesso ao Sul da Ilha e ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz completa neste mês de janeiro quatro meses de escuridão. Mesmo com o acidente grave ocorrido poucos dias depois da via ter sido liberada ao tráfego e o Ministério Público de Santa Catarina ter emitido uma recomendação ao governo do Estado para que instalasse iluminação, sinalização e guard-rails na rodovia, a situação da via continua a mesma de 28 de setembro.

Para alguns desavisados, pode parecer uma situação extraordinária. Mas, infelizmente, não. É só mais um exemplo da “moda brasileira” de ir deixando quase tudo para depois, ir “empurrando

com a barriga” até quando der... Uma constante na administração pública em geral, seja ela local, regional ou nacional.

Apesar de contemplar a infraestrutura da iluminação, com dutos (conduítes) que ficam enterrados e permitem passar a fiação, o projeto da rodovia que dá acesso ao Sul da Ilha e ao Aeroporto Hercílio Luz não previu a instalação de postes e fiação, gerando impasse entre governo do Estado e município.

O governo do Estado (responsável pela execução da obra de pavimentação) destaca que é o município que deve realizar a licitação, pois há o entendimento que a iluminação pública em área urbana é uma responsabilidade do município, de acordo com a legislação (artigos 30 e 149-A da Constituição

Federal e o Código de trânsito ou Lei 9.503/97).

Já a Prefeitura de Florianópolis se ampara no fato de a obra de ter sido executada pelo governo do Estado e de somente ter sido informada sobre a necessidade de iluminação pública no final de 2019 pela gestão anterior. A Prefeitura elaborou o projeto, orçado em R\$ 13,08 milhões, e se prontificou a apoiar a execução com R\$ 2,5 milhões. O projeto foi entregue à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, que solicitou adequações que devem ser finalizadas pelo município

até o final de janeiro.

Enquanto esse imbróglio não se resolve, a Prefeitura da capital anunciou, no último dia 22, que deve iniciar nos próximos 30 dias a instalação de uma iluminação provisória em um trecho de 1,2 quilômetro da rodovia. Em outras palavras, um quebra-galho, até ser definida a solução oficial.

Uma equipe da Cosip, setor da Secretaria Municipal de Infraestrutura que cuida da iluminação pública da Capital, esteve na rodovia para avaliar a instalação da iluminação provisória, em conjunto com a Polí-

cia Rodoviária Estadual e os equipamentos já estão sendo encomendados para instalação nos trechos sinalizados como prioritários pela Polícia Rodoviária, além do trevo que liga a via ao bairro Campeche.

De acordo com a Prefeitura de Florianópolis, após a instalação da iluminação definitiva, os equipamentos serão reaproveitados em outros locais da cidade.

Apesar de paliativo e que ainda deve demorar cerca de um mês para ser instalada, a iluminação provisória, certamente, irá dar mais segurança aos usuários.

NOTAS E
FLAGRANTES

Por Ellen Bruehmüller
contato@monatran.org.br



O Monatran

Jornal do MONATRAN -
Movimento Nacional de Educação no Trânsito
Sede Nacional: Av. Hercílio Luz, 639 Conj. 911
Centro - Florianópolis / Santa Catarina - CEP 88020-000
Fone: (48) 3223-4920 / 3204-9478
E-mail: jornal@monatran.org.br
Site: www.monatran.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente:

Roberto Alvarez Bentes de Sá

Diretores:

Maria Terezinha Alves

Sergio Carlos Boabaid

Jorge Castro Reis Filho

Francisco José Mattos Mibielli

Presidente do Conselho Deliberativo

Alaor Francisco Tissot

Jornalista Responsável e diagramador:

Rogério Junkes

Registro Profissional nº 775 - DRT

Redatora:

Ellen Bruehmüller - Registro Profissional nº 139/MS - DRT

Distribuição: Gratuita

Os artigos e matérias publicados neste jornal são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam, não refletindo necessariamente o pensamento da direção do MONATRAN ou do editor.



TRISTE REALIDADE

Em 2019, Santa Catarina atingiu a impressionante marca de 10.913 flagrantes de embriaguez ao volante em rodovias federais. Mais do que o dobro do volume registrado no ano passado, com 5.210 casos. Com essa marca, o Estado é o que possuiu o maior número de motoristas flagrados embriagados em rodovias federais do Brasil, tendo recebido 20% das multas por embriaguez no trânsito no país.

CONECTADOS

A montadora espanhola Seat está testando na Europa um sistema que permite que o automóvel se comunique com semáforos ou painéis informativos sobre as condições de tráfego. O objetivo é gerar um impacto significativo na redução de acidentes. Na prática, quando um automóvel se aproximar do semáforo, por exemplo, o sistema já recebeu e analisou a informação enviada à rede e calcula automaticamente a distância e a velocidade do veículo, para emitir um alerta mostrando se o sinal está aberto ou se é aconselhável começar a reduzir velocidade, antecipando a passagem para vermelho.

ESPAÇO DO PRESIDENTE

Roberto Alvarez Bentes de Sá
robertobentes@monatran.org.br



PRA INGLÊS VER

Criada provavelmente por volta de 1830, quando a Inglaterra exigiu que o Brasil aprovasse leis que impedissem o tráfico de escravos (mas que na prática não saíram do papel na época), a expressão “pra inglês ver” geralmente é usada para indicar algo que é feito “de mentira”, só para manter as aparências.

Quase 200 anos depois, o que não faltam são exemplos de eventos maquiados só “pra inglês (e brasileiro) ver”, em especial quando se trata de obras públicas. A “reabertura” da Ponte Hercílio Luz foi uma destas obras que “inaugurou” antes de estar pronta e que poucos dias depois da solenidade oficial já estavam adiando o início do cronograma para liberação do tráfego de veículos.

Prevista para ser concluída somente em março (sendo que já se fala em abril) a obra da Hercílio Luz poderia sim ter sido comemorada em dezembro, mas certamente seria mais elegante se fosse usada uma nomenclatura mais condizente com a realidade, algo como “pré-inauguração” já estaria de bom tamanho e tiraria aquela sensação de que só querem ludibriar a população. A inauguração de uma ponte, supõe-se, só deve ser considerada quando, por ela, de imediato, os veículos puderem circular!

Gratidão

Sem dúvida alguma, a gratidão é um dos sentimentos mais nobres do ser humano. Reconhecer o benefício prestado por outro alguém em seu favor rompe o egocentrismo egoísta comum a maioria das pessoas e, afirmam alguns especialistas, seria o segredo para a felicidade tão almejada pela complexa espécie *Homo Sapiens*.

Lamentavelmente, embora esteja na moda estampar a palavra “gratidão” nas roupas, peças de decoração e até mesmo nas redes sociais, a verdade é que parece estar cada vez mais raro encontrar quem queira assumir de fato uma atitude grata. Quando pensamos no âmbito político então, fica pior do que encontrar agulha no palheiro. A maioria parece querer os louros só pra si e dividir os méritos com outro alguém parece estar fora de questão.

Há poucas semanas, fomos todos testemunhas de um momento histórico para o povo catarinense: a chamada “reabertura” da Ponte Hercílio Luz, que atraiu milhares de pessoas para ver de perto o maior símbolo do nosso Estado. Que emoção! Atravessar por cima daquela estrutura há tanto tempo fechada ao público, poder tocar nas tão faladas barras de olhal, tentar imaginar como deve ter sido a ocasião de sua inauguração no início do século passado... tocou no fundo da alma! Um dia para ficar guardado na memória pra sempre!

Porém, como nem tudo são flores, neste mesmo momento esplêndido, também fomos testemunhas da mesquinharia de alguns políticos catarinenses e até mesmo da imprensa local que simplesmente ignorou tudo o que foi feito em prol desta

obra pelo inesquecível Luiz Henrique da Silveira. O homem que tornou esta reforma um processo irreversível, iniciando os trabalhos e garantindo recursos para sua continuidade.

Obviamente, não queremos tirar os méritos de ninguém por esta grande vitória. Sabemos da dedicação do ex-governador Raimundo Colombo, que merece toda nossa gratidão e respeito, pelo esforço em dar continuidade ao prometido ao nosso inesquecível LHS. Reconhecemos o empenho do atual governador Carlos Moisés em concluir a obra já no início do seu mandato. Todavia, lamentamos o fato de a maior expressão política de Santa Catarina ter sido esquecida em um momento tão singular. Justo ele, que tanto fez por esta Ponte, que tanto se preocupava em preservar a história de nosso Estado, com obras cuidadosas de restauro, assim como a Catedral Metropolitana de Florianópolis, que infelizmente não foi abraçada pelos ex-governadores, em sua última fase, apesar das inúmeras promessas.

Enfim... nossas autoridades e colegas jornalistas perderam a oportunidade de expressar toda a gratidão merecida àquele que tanto fez para que esta “reabertura” fosse possível. De qualquer maneira, não poderíamos concluir este artigo sem parabenizar a todos que de forma direta ou indireta nos proporcionaram este dia memorável.

Mais do que um símbolo histórico, estamos ansiosos pelo momento em que a velha senhora irá voltar à sua função original e contribuirá para a melhora da mobilidade na Grande Florianópolis. Parabéns e muito obrigada!

IPVA MAIS BARATO

Os proprietários de veículos emplacados em Santa Catarina irão pagar, em média, 2,4% menos de IPVA em 2020. O índice representa a desvalorização dos veículos em relação a 2019 de acordo com a tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), utilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC) como base de cálculo. Segundo o secretário da Fazenda, Paulo Eli, Santa Catarina tem uma das menores alíquotas do país. Este será o quinto ano consecutivo que o imposto tem redução.

Bolsonaro diz que pretende retirar e desmembrar PL que altera o CTB

Em live realizada no último dia 9 de janeiro, nas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro voltou a falar sobre as mudanças propostas pelo Governo para alterar o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Bolsonaro relatou que está conversando com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para chegar a um consenso sobre as alterações no CTB. De acordo com Bolsonaro, a ideia é retirar o PL 3267/19 que, após várias reuniões e audiências, foi modificado pelo relator Juscelino Filho (DEM-MA) e apresentar projetos individuais para tratar de temas polêmicos como a validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o limite de pontos para fins de suspensão do direito de dirigir.

“A ideia se der tudo certo, retira o projeto que eu apresentei sobre o Código Nacional de Trânsito (sic) e apresenta individualmente um projeto

só para tratar da validade da carteira de motorista, de 5 para 10 anos, e ponto final. Daí o Congresso decide se é favorável ou não. O relator, lamentavelmente, ele acha que a validade passa para 10 anos até 45 anos de idade, quem tem 46 já está velho, essa é a opinião do relator que é um deputado lá do Maranhão. E nós achamos que não, estamos botando que a partir dos 65 anos, é de 5 em 5 anos. Se dependesse de mim eu botaria 75 anos. Se o Rodrigo Maia topar e o Davi Alcolumbre topar a gente bota até 75 anos de idade”, afirmou o Presidente.

O presidente Bolsonaro falou também sobre o limite de pontos na CNH que leva à suspensão do direito de dirigir. “Depois a gente apresenta outro projeto para atender aí os profissionais que estão na rua, os motoristas de táxi, do Uber, o da van, do ônibus, do caminhão, passar de 20 para 40 pontos para perder a Carteira, por quê? Pela quantidade de



radares, fixos e móveis, que tem no Brasil, o coitado do motorista que rala igual um desgraçado, ele perde rapidamente, ele atinge rapidamente os 20 pontos e muitas vezes ele dirige com a carteira vencida (sic) e está cometendo um outro crime”, disse.

Substitutivo do PL 3267/19

O substitutivo do relator deputado Juscelino Filho (DEM-MA) que não agradou o presidente Bolsonaro, rejeitou as principais – e polêmicas – propostas do governo de alteração do Código de Trânsito Brasileiro.

O relator ponderou que as propostas foram amplamente debatidas na Câmara e, segundo o deputado, o “clima

na comissão era difícil” e não seria possível acatar parte das medidas.

Dentre os pontos polêmicos que não foram satisfatórios no ponto de vista do Governo Federal, estão as alterações mais rigorosas quanto ao transporte incorreto de crianças, a proibição do tráfego de motocicletas, motonetas e ciclomotores pelo corredor e também mantém a proposta de ampliar para 10 anos o prazo para renovação de condutores de até 40 anos de idade, com exceção dos motoristas profissionais das categorias C, D e E, mantendo o prazo de 5 anos para os condutores de 40 a 70 anos e de 3 anos para condutores com idade superior a 70 anos.

Além disso, o novo substitutivo prevê uma escala com três limites pontuação, para que a CNH seja suspensa: com 20 pontos, se o condutor tiver duas ou mais infrações gravíssimas; com 30 pontos, se tiver apenas uma infração gravíssima; ou 40 pontos, se não constar entre as suas infrações nenhuma infração gravíssima.

Tramitação

Todas as observações foram ditas no dia 9 pelo Presidente em Live, nas redes sociais, mas nenhuma ação foi realizada oficialmente.

Por esse motivo, é importante salientar que a discussão sobre esses temas polêmicos ainda continua em 2020 e que nada disso está valendo ainda.

Frederico de Moura Carneiro é o novo diretor do Denatran

Jerry Adriane Dias Rodrigues não é mais diretor-geral do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Dias é Policial Rodoviário Federal há mais de 25 anos e atuou na educação, na formação de policiais e na instrução de trânsito em diversos locais.

Quem assume o cargo é Frederico de Moura Carneiro que era Analista Legislativo na Câmara dos Deputados e foi cedido à Secretaria Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura para ocupar o cargo de Diretor do Denatran.

Além de Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na área de Desenvolvimento Urbano, Trânsito e Transportes, Moura Carneiro (48) é Engenheiro Ci-



Entra Frederico Moura e sai Jerry Adriane Dias

vil pela Universidade de Brasília (UnB), pós graduado em Gestão de Segurança Pública e Defesa Social, com ênfase em acidente de trânsito pela União Pioneira de Integração

Social e mestre em Transportes, com especialização em Segurança de Trânsito pela UnB (2018).

Entre os principais desafios que o novo diretor tem pela frente, es-

tão o alinhamento do Denatran ao Programa de Transformação Digital do Governo Federal, além da redução do número de acidentes e mortes no trânsito do país.

NOTA DO EDITOR: Vemos com preocupação a substituição precoce do Diretor do Denatran. Esperamos que não volte a acontecer o troca-troca de lideranças como costumava ocorrer nos governos anteriores, a fim de não prejudicar o andamento dos trabalhos deste órgão tão importante. Que o próximo diretor possa concluir seu mandato de forma integral, dando sequência aos projetos lançados, a fim de que o Brasil tenha uma política de trânsito, de fato, eficiente



JOSÉ ROBERTO DE SOUZA DIAS*

Cidade, essa grande vitrine da vida

A esperança é um traço cultural muito comum na sociedade brasileira e torna-se marcante no início de cada ano. Muitas pessoas, nessa época do ano, tem o hábito saudável de fazer um balanço de suas realizações e traçar novos planos para o futuro.

No mês de janeiro, quando os impostos batem a porta, é o momento propício, também, para avaliar o mundo ao redor, os riscos de se viver sob constante ameaça, como conflitos internacionais, crises econômicas e alterações climáticas, principalmente as provocadas pelo próprio homem e que podem interromper sonhos e vidas.

Mas se tudo isso parece tão distante, que tal lançar o olhar sobre os governantes mais próximos, como prefeitos e governadores, que na ânsia de permanecerem no poder, à qualquer custo, são levados à fazer coisas absolutamente impensáveis.

Para saber com segurança se os seus projetos pessoais serão viáveis é fundamental passar pela soleira da porta, sair caminhando, pegar o carro, o ônibus, o metrô, o Uber ou tentar sobreviver ao caos urbano à pé, de patinete elétrico ou de bicicleta.

Mas se o comodismo não permite tanto, é só entrar em uma

rede social e assistir no conforto do lar o que os políticos de plantão fazem com os mandatos que lhes conferiu pelo voto.

Lembre-se que se os olhos são o espelho da alma, as cidades são o retrato perfeito de seus governantes. A calçada por onde todos passam diz mais sobre o recôndito das intenções de um governante que todos os seus discursos juntos. Com um detalhe, as calçadas não possuem tapete por debaixo do qual se possa esconder mal feitos de toda natureza.

A calçada é, também, um palco onde a vida se apresenta como comédia ou tragédia. Algumas vezes transforma-se em um picadeiro, principalmente a cada dois anos, quando políticos inescrupulosos – nem todos, evidentemente – ganham as ruas como mágicos, contorcionistas e palhaços, ludibriando o distinto público com os velhos truques do ilusionismo e da prestidigitação.

Para permanecerem no poder vossas excelências são capazes de prometer quase tudo, mesmo sabendo da impossibilidade econômica e política para realizarem. Entretanto a cidade, essa grande vitrine da vida, não perdoa, e mostra em toda sua nudez o que dela fizeram.

Observe com olhos clínicos o

que gestões, de variados partidos realizaram nos últimos anos de seus governos, fique atento para obras e principalmente inaugurações que ficaram estocadas para o momento da virada administrativa. Mas, cuidado, poderá ser aterrorizante...

Essa é a época, por exemplo, de tapar buracos, pintar meio fio, renovar sinalização viária, deixar camelôs ocuparem as vias em nome dos princípios democráticos, espalhar banheiros químicos fétidos em locais populosos, pegar criancinhas no colo, inaugurar parques infantis e mais uma vez, prometer um transporte público eficiente.

Agora, de posse de informações reais, colhidas nas calçadas de sua cidade, no congestionamento, no ônibus apinhado, e até na fila do banheiro privado de um mercado público qualquer, avalie em quem votar nas próximas eleições e lembre-se que a concretização dos seus projetos de vida dependem da qualidade do lugar onde vive.

* Doutor em Ciências Humanas e Mestre em História Econômica pela USP, criou e coordenou o Programa PARE do Ministério dos Transportes, foi Diretor do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran, Secretário-Executivo do Gerat da Casa Civil da Presidência da República, Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis – Cesusc, Two Flags Post – Publisher & Editor-in-Chief.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503, DE 1997)



CONSTITUI INFRAÇÃO DE TRÂNSITO:

Art. 235. Conduzir pessoas, animais ou carga nas partes externas do veículo, salvo nos casos devidamente autorizados:

Infração - grave;

Penalidade - multa;

Medida administrativa - retenção do veículo para transbordo.

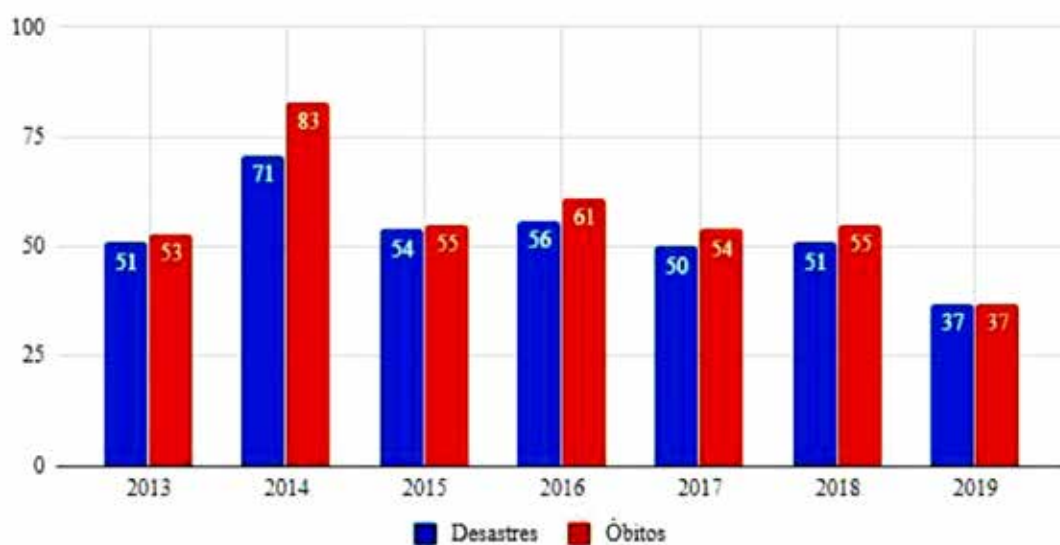
Florianópolis reduz em mais de 30% número de mortes no trânsito

O ano de 2019 trouxe uma redução no número de mortes no trânsito na cidade de Florianópolis em relação ao ano anterior. De 55 mortes em 2018, o número caiu para 37 em 2019, uma redução de 33%. Os dados são da Rede Vida no Trânsito.

Para o prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro, a redução está diretamente ligada a uma maior fiscalização das polícias e Guarda Municipal, principalmente em relação a Lei Seca, e também uma melhor infraestrutura e sinalização viária. “É claro que não podemos comemorar, porque ainda há mortes. Mas a redução traz indícios de que o trabalho está surtindo efeito e deve ser intensificado”, explicou o prefeito.

Com o objetivo de zerar o número de mortes e vítimas graves relacionadas ao trânsito, a Rede Vida no Trânsito é formada por organizações públicas, empresariais e da sociedade civil.

Desastres de Trânsito que ocasionaram óbito e número de vítimas fatais, por ano de ocorrência do desastre. Florianópolis, 2013-2019



Sudarf e Ministério Público discutem integração do transporte coletivo da Grande Florianópolis

A integração do transporte coletivo da Grande Florianópolis e a preocupação com a mobilidade urbana foram os principais temas da reunião entre a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana (Sudarf) e o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). O encontro ocorreu no dia 17 de janeiro, na sede do MPSC, em Florianópolis.

Ricardo Wolfenbuttel / Arquivo / Secom



O superintendente e subchefe da Casa Civil, Matheus Hoffmann, apresentou ao subprocurador-geral de Assuntos Institucionais, Alexandre Estefani, e ao promotor de Justiça Fabrício Pinto Weiblen o andamento do projeto que pretende integrar as linhas de ônibus intermunicipais e municipais da região. Entre as principais vantagens do novo modelo estão a gestão associada do sistema de transporte coletivo entre Governo do Estado e municípios e a reorganização dos itinerários, evitando sobreposição de linhas. Além da possibilidade de deslocamentos diretos na região continental, sem necessidade de entrar na Ilha, o que traria benefícios para o usuário e para a mobilidade urbana.

Segundo Hoffmann, a iniciativa teve um importante avanço em 2019, quando o governador Carlos Moisés retomou as tratativas para implantação da rede integrada. “Todas as Câmaras de Vereadores aprovaram o projeto de lei que

autoriza a participação do município no novo sistema, embora algumas emendas inseridas ao projeto não possibilitem a integração imediata de todas as cidades da Grande Florianópolis”, explicou o superintendente.

Neste início de ano, a Sudarf trabalha junto ao Observatório da Mobilidade Urbana da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na readaptação do projeto para atender as emendas. Em seguida, será feito o detalhamento da operação com todos os municípios para definir como efetivamente o sistema vai funcionar.

“A iniciativa de integração de linhas é de grande importância para os usuários que utilizam diariamente o transporte coletivo e também para legalizar a situação dos municípios que possuem contratos defasados e irregulares”, afirmou o subprocurador Alexandre Estefani.

Após detalhamento da operação, deverão ocorrer as assinaturas dos convênios de cooperação e dos contratos de programa com as prefeituras participantes. Por fim, será lançado o edital do processo licitatório do transporte coletivo metropolitano.



Foto: Divulgação / Casa Civil

Reunião da Sudarf e Ministério Público.



Foto: Julio Cavalheiro / Arquivo / Secom

Assinada OS para projeto de recuperação dos blocos das pontes Colombo Salles e Pedro Ivo

A Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE) assinou, no dia 7 de janeiro, a ordem de serviço para elaboração do laudo técnico e projeto de recuperação dos blocos de fundação das pontes Colombo Machado Salles e Pedro Ivo Campos, em Florianópolis.

A empresa contratada, a RMG Engenharia, terá 30 dias para apresentar o relatório de vistoria e laudo conclusivo do estudo e até 90 dias para elaboração de dois projetos executivos de reforço e reparo dos blocos de fundação.

De acordo com o secretário da Infraestrutura e Mobilidade, Carlos Hassler, a escolha de uma solução dependerá da análise de alguns critérios. “Vamos avaliar a questão financeira, técnica-executiva e impacto no tráfego das pontes”,

explica Hassler. Definida a medida, uma licitação para execução da obra deverá ser lançada.

O contrato para elaboração do projeto de recuperação dos blocos de fundação das estruturas foi realizado por meio de dispensa de licitação por não estar previsto no contrato atual e o valor para a execução dos serviços é de R\$ 762,9 mil.

A necessidade de um estudo específico para reparar ao menos seis eixos de sustentação das pontes foi constatada após vistoria realizada por engenheiros da SIE, uma vez que foi percebida a aceleração da deterioração das estruturas desde o levantamento feito em 2015. “São ações que precisam ser realizadas de maneira preventiva para garantir a segurança da estrutura”, explicou Hassler.



DIRCEU RODRIGUES ALVES JÚNIOR*

“CARRO NOVO - COQUETEL TÓXICO” REPERCUSSÃO SOBRE A SAÚDE

O cheiro do carro novo contém vapores de substâncias tóxicas que podem trazer consequências de simples sintomas a graves doenças.

Na indústria automobilística usam-se múltiplos produtos nocivos ao organismo pelo contato direto, pelos vapores, gases, poeiras, fumo, neblinas, névoas, etc. Nos ambientes onde são utilizados tais produtos há necessidade de se proteger o homem para evitar doenças e é necessário controle e vigilância do setor da empresa especializado conhecido como serviço de engenharia de segurança e medicina do trabalho. Lá, a higiene ambiental está comprometida devido a múltiplos produtos químicos capazes de gerarem doença ocupacional aos trabalhadores, daí a necessidade de uso de equipamentos de proteção coletiva e individual.

Quando o veículo fica pronto, mantém odor constituído de uma mistura de vapores que emanam dos equipamentos e se percebe mais no interior do veículo. Este vapor contém tolueno, acetona, estireno, xileno, benzeno e outras substâncias que compõem a atmosfera dentro do veículo. Essa é a principal composição do famoso “cheiro de carro novo”. Para uns, o cheiro proporciona prazer, para outros sintomas desagradáveis, alguns manifestam doença. Na realidade é um conjunto de substâncias irritantes da via respiratória, pele, mucosa, olho, mas que podem ter repercussão a distância, algumas até potencialmente carcinogênicas.

Com o calor, nas regiões de clima quente

e com a exposição aos raios solares as substâncias utilizadas na manufatura do interior do veículo como plástico, cola, tinta, tecido, vinil, lubrificante, verniz, impermeabilizantes, etc., liberam vapores cuja mistura vai caracterizar o “Cheiro de Novo”. Observe que a maioria dos itens utilizados nesse acabamento interno do veículo são oriundos do petróleo.

Essas substâncias presentes na atmosfera interna do veículo podem ser causa de náusea, vômito, cefaleia, tonteira, mal estar, alergia, edema, queixa respiratória e torna-se importante lembrar que algumas dessas substâncias são teratogênicas (altera o desenvolvimento fetal) e cancerígenas.

As montadoras vivem preocupadas com esse cheiro no espaço interno do veículo.

Muitos centros de pesquisa, no mundo todo, têm mostrado concentrações altíssimas de produtos orgânicos voláteis. Após três semanas de uso do veículo, pesquisa feita na Austrália, encontra-se cerca de 64.000 microgramas por metro cúbico em alguns veículos. Tornam-se preocupantes valores acima de 500 microgramas por metro cúbico. Esse produto volátil mantém-se ativo durante longo período caindo sua concentração em 60% após 30 dias de uso do veículo.

Não temos dados estatísticos com relação a pessoas que apresentam sinais ou sintomas quando em presença desses vapores dentro do veículo. Dificilmente uma pessoa com um desses sintomas que referimos acima iria relacionar os mesmos com o cheiro do carro.

Precisamos estar atentos ao hipotético cheirinho gostoso do carro novo.

Ainda assim, ninguém precisa entrar em pânico, nem tão pouco usar máscara ou qualquer outro equipamento de proteção. É preciso somente ter conhecimento de que compostos orgânicos aromatizados estarão presentes em grande concentração quando você adquirir o veículo zero quilômetro. A concentração desses vapores ficará bastante reduzida após aproximadamente seis meses de uso.

A preocupação deverá estar voltada para a ventilação do interior do veículo bem como da sua sensibilidade e a dos usuários do veículo. Observar sinais, sintomas principalmente com criança, gestante, idoso e portadores de doenças.

RECOMENDAÇÕES:

- não estacionar o veículo ao sol
- usar proteção no para-brisa evitando sol no painel
- abrir as portas e deixar sair vapores antes de adentrar
- não usar ar quente ou frio com vidros fechados
- ventilar sempre, mantendo janelas abertas
- cuidado maior no transporte de crianças, gestantes e idosos
- cuidado com pessoas alérgicas.

* Dr. Dirceu Rodrigues Alves Júnior é Diretor de Comunicação e do Departamento de Medicina de Tráfego Ocupacional da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET) e membro efetivo do Conselho Deliberativo do Monatran - Movimento Nacional de Educação no Trânsito.

Placa Mercosul: Uso em todo o Brasil começará em fevereiro

Novo padrão deverá estar em vigor em todos os estados a partir de 31 de janeiro

O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) informou que a partir do próximo dia 31 de janeiro será obrigatória a adesão, por parte dos estados, do uso da nova placa no modelo Mercosul. O órgão afirmou que a data está mantida e não prevê prorrogação do prazo.

Até o dia 20 de janeiro, somente os estados do Amazonas

(AM), Bahia (BA), Espírito Santo (ES), Paraíba (PB), Piauí (PI), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rondônia (RO) e Rio Grande do Sul (RS) já estavam utilizando o novo modelo.

Já os estados do Acre (AC), Alagoas (AL), Amapá (AP), Ceará (CE), Goiás (GO), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT), Mato

Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Pernambuco (PE), Roraima (RR), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP), Sergipe (SE) e Tocantins (TO), além do Distrito Federal (DF), ainda não aderiram ao novo modelo e têm apenas dez dias para fazer a migração.

De acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional

de Trânsito (Contran), a nova placa deverá ser instalada em caso de primeiro emplacamento, mudança de categoria do veículo, roubo, furto, extravio ou dano da placa, mudança de município ou unidade federativa e instalação de segunda placa traseira. Os motoristas que optarem pela mudança de forma voluntária, também podem alterar as placas.

Ponte Hercílio Luz é “reaberta” em Florianópolis

Ricardo Wolff/büttel / Secom

Assim como naquela tarde de 13 de maio de 1926, quando foi aberta ao tráfego pela primeira vez, a Ponte Hercílio Luz voltou a ser o centro das atenções no dia 30 de dezembro. O monumento mais emblemático de Santa Catarina está novamente acessível para cidadãos e visitantes, após 28 anos de interdição total. Obra de arquitetura única, a restauração do cartão-postal chegou ao ápice no penúltimo dia do ano, com a reabertura da estrutura, quando uma multidão de cerca de 50 mil pessoas atravessou a ligação mais antiga entre Ilha e Continente.

Por volta das 11 horas, quando o acesso foi liberado, milhares de pessoas puderam ocupar a estrutura, em um momento emocionante. Anfitrião do ato de reabertura, o governador Carlos Moisés destaca que, mais do que ajudar na mobilidade urbana da região da Capital, o retorno da Hercílio Luz representa um aumento da autoestima da população do estado, que finalmente sentirá o benefício de uma obra que se arrastou por anos a fio.

“Eu sinto um orgulho imenso de fazer essa reentrega de um monumento tão admirado não apenas no nosso estado, mas em todo o Brasil. Essa entrega não é uma obra deste Governo ou das gestões anteriores. Essa é uma obra do povo catarinense. Assim como eu, diversos moradores cresceram atravessando essa ponte, que representa Santa Catarina. O papel dessa estrutura vai além da mobilidade. A Hercílio Luz é um símbolo que hoje retorna à população e vai ajudar e muito nos deslocamentos entre a Ilha e o Continente”, destaca o governador.

Embora já seja possível passear pela estrutura, o desenho original da Velha Senhora só retornará em sua totalidade em março de 2020, quando termina o contrato com a empresa portuguesa Teixeira Duarte, responsável pelos trabalhos. Até lá, serão retirados os suportes inferiores, que se transformarão em kits de transposição – pequenas pontes de até 12 metros a serem instaladas no interior do estado.



Para comemorar a reabertura, o Governo do Estado promoveu sete dias de eventos esportivos, gastronômicos e culturais, que recebeu mais de 1,18 milhão de pessoas no total. A cerimônia de abertura ainda teve o desfile de 172 veículos antigos, que passaram por cima da Ponte, puxados pelo Fusca do governador.

O projeto Viva a Ponte reuniu uma intensa agenda cultural, esportiva e gastronômica. Também contou esportes de aventura, como saltos de bungee jumping, tirolesa, pêndulo humano e rapel.

Desafio para a engenharia

Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, Carlos Hassler salienta que a restauração exigiu um empenho comparável ao de construir uma ponte do zero. Mais da metade das peças foram trocadas enquanto Hercílio Luz estava sustentada por estruturas metálicas que foram colocadas a partir de suportes vindos do mar.

“Essa obra só saiu do papel graças a um esforço coletivo. São muitas pessoas que ajudaram para que hoje nós pudéssemos fazer essa reabertura, que é praticamente um presente de

Ano Novo para todos os catarinenses. A empresa Teixeira Duarte, desde que assumiu, fez um trabalho sério e comprometido. Os órgãos estaduais, em especial os funcionários da Secretaria da Infraestrutura e Mobilidade, também contribuíram muito para que chegássemos a esse ponto”, reforça o secretário.

Além da retirada das estruturas inferiores, até março deve ser instalada a iluminação cênica, que permitirá decorar a Hercílio Luz durante o período noturno e em ocasiões especiais. O edital para o serviço já foi lançado, com abertura das propostas no dia 13 de janeiro.

Com 821 metros de comprimento e inaugurada há 95 anos, a ponte da Capital é a única ainda de pé com o vão central suspenso em barras de olhal. Outras duas estruturas semelhantes foram construídas no estado norte-americano de Ohio, porém a Silver Bridge entrou em colapso e veio abaixo em 1967, e a Fort Steuben Bridge foi demolida em 2012 por conta da deterioração de sua estrutura. Durante o trabalho de restauração da Hercílio Luz, todas as barras de olhal e cabos pendurais foram trocados, o que exigiu um gigantesco esforço de

engenharia.

Melhoria na mobilidade

Na visão do chefe da Casa Civil, Douglas Borba, a ponte terá um papel importante na mobilidade da Grande Florianópolis. Ele lembra que o Governo do Estado apoia a iniciativa da prefeitura de priorizar neste primeiro momento o transporte coletivo para depois avaliar a possibilidade de liberar o trânsito de veículos com dois passageiros ou mais.

Borba relembra ainda que, quando foi interditada pela primeira vez, em 1982, a ponte era responsável por 43% do tráfego entre Ilha e Continente, com 27,3 mil veículos por dia.

“A Ponte Hercílio Luz ajudará a melhorar o trânsito. Com o passar do tempo, ela será uma alternativa cada vez mais utilizada, especialmente depois que terminarem os períodos de adaptação”, acredita Borba.

Dia de sol e festa

Ao contrário do dia de sua inauguração em 1926, quando uma forte chuva caiu sobre a Capital, a reabertura teve muito sol. Desde as 6h da manhã, curiosos chegavam à cabeceira insular para acompanhar a

solenidade.

Um dos mais animados era o zelador João Batista Fidelis, de 54 anos. Ele chegou à ponte pouco depois das 7h e relembra da última vez que caminhou por ela, em 1989. Morador da Ilha, Fidelis conta que, quando criança, atravessava a Hercílio Luz toda semana para visitar a sua tia no Estreito.

“Essa reabertura é um sonho, do qual eu nunca desisti. Há muitos anos esperava por isso. Não podia perder por nada”, diz.

Novo cronograma

Devido à continuidade das obras na Ponte Hercílio Luz após a inauguração, a prefeitura de Florianópolis, por meio da Secretaria de Mobilidade e Planejamento Urbano, informou que as datas definidas anteriormente para liberação do tráfego pela estrutura foram modificadas, previstas para iniciarem somente no dia 27 de janeiro.

Ao final de cada etapa de liberação haverá uma avaliação de sua efetividade e a implementação da próxima fase poderá ser modificada de acordo com os resultados das análises técnicas detalhadas da etapa anterior.

Governador assina atos para preparar a PONTE HERCÍLIO LUZ para o futuro

Fotos: Ricardo Wolffenbuttel/Secom

Além da importância histórica da reabertura Ponte Hercílio Luz, o futuro do cartão-postal também recebeu investimentos no dia 30 de dezembro. Quatro atos assinados pelo governador Carlos Moisés apontaram os rumos da Velha Senhora para os próximos anos.

Um deles foi a autorização para que a SCPar faça uma sondagem de mercado visando à implantação do Complexo Cultural e Turístico das Cabeceiras da Ponte Hercílio Luz. As premissas e diretrizes dessa ação foram definidas por um grupo de trabalho formado por diversos órgãos do Governo do Estado, liderados pela Secretaria de Estado da Infraestrutura.

“Queremos criar aqui um ambiente, uma estrutura, que se conecte com a Ponte. Eu sonho com o momento em que investidores façam desta obra um atrativo turístico e cultural ainda maior do que já é, e é isso que buscamos. A partir dessa análise de mercado veremos o que será viável fazer para transformar este espaço e gerar recursos para a manutenção da estrutura”, projeta o governador.

O objetivo é viabilizar a exploração comercial do entorno da Ponte Hercílio Luz com atividades culturais, turísticas, gastronômicas, esportivas, de lazer e de contemplação. O Complexo Cultural e Turístico será executado com recursos prioritariamente privados, por meio da concessão de espaços.

A sondagem de mercado ficará aberta até 30 de janeiro, com a finalidade de ampliar o debate e coletar sugestões e percepções sobre o aproveitamento do espaço. Os interessados podem agendar uma reunião com a equipe do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC) pelos sites www.ppi.sc.gov.br ou www.sc.gov.br/vivaaponte.

PESQUISA E DOAÇÃO

Outro ato assinado no dia 30 foi a cessão para a Universidade Federal de Santa Catarina (USFC) de uma barra de olhal da Ponte Hercílio Luz que rompeu na década de 70. O objetivo é investigar as razões que levaram ao rompimento, a fim de evitar que ocorra um problema semelhante nas próximas décadas.

A barra será submetida a análises químicas e ensaios mecânicos. O ato também foi assinado pelo reitor da Universidade Federal de



Santa Catarina, professor Ubaldo César Balthazar.

Carlos Moisés também assinou a doação de uma barra de olhal e de outras peças da Ponte Hercílio Luz para a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), para que integre o acervo do Museu Histórico de Santa Catarina. A assinatura teve a presença da presidente da FCC, Ana Lúcia Coutinho.

DNA DA HERCÍLIO LUZ EM TODAS AS REGIÕES

Para levar o legado da Ponte Hercílio Luz a todas as regiões catarinenses, o governador ainda assinou o termo de compromisso para a entrega de mais três kits de transposição produzidos com material usado nas obras do cartão postal de Florianópolis. Desta vez, o município beneficiado

foi Biguaçu, que utilizará as estruturas metálicas para construir pontes nas localidades de Amâncio, Laranjeira e Morro do Boa Vista. O chefe da Defesa Civil do Estado, João Batista Cordeiro Júnior, e o prefeito de Biguaçu, Ramon Wollinger, também assinaram o termo.

“Estamos devolvendo aos catarinenses uma parte do que foi investido aqui ao longo de todos esses anos. Estaremos presentes em quase todos os municípios com filhas da Ponte Hercílio Luz”, destaca Carlos Moisés.

Até o momento, 16 municípios já celebraram o termo. No total, 144 cidades enviaram pedidos de kits de transposição, e o objetivo do Governo de Santa Catarina é contemplar todos. Até 532 pontes metálicas poderão ser construídas, substituindo estruturas precárias nos municípios, a maioria de madeira.





STF suspende MP 904/19 que extingue o DPVAT

Em julgamento realizado no plenário virtual, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos (6 a 3), deferiu a medida cautelar pleiteada pelo partido Rede na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6262 e suspendeu a Medida Provisória 904/19, editada em 11 de novembro pelo presidente Jair Bolsonaro, que extinguiu o pagamento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, o chamado DPVAT.

No julgamento, prevaleceu o voto do Ministro Relator, Edson Fachin, no sentido de que a extinção não seria possível por meio de Medida Provisória, mas apenas por Lei Complementar, já que a legislação sobre o seguro obrigatório diz respeito ao sistema financeiro.

Trata-se de um julgamento provisório que suspende a medida provisória até que o STF julgue o mérito, o que não tem data para ocorrer.

O DPVAT

Criado pela Lei 6.194/74, o seguro DPVAT, pago anualmente por todos os proprietários de veículos do País, ampara as vítimas de acidentes de trânsito, independentemente do responsável, ofe-



Ministro Edson Fachin

recendo coberturas para três naturezas: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas. O seguro é administrado por um consórcio que reúne 76 companhias de seguros que atuam no País.

Do total arrecadado com o seguro obrigatório, 45% são repassados ao Ministério da Saúde para custear o atendimento médico-hospitalar de vítimas de acidentes de trânsito, e 5% vão para os programas de prevenção de acidentes. O restante (50%) vai para o pagamento das indenizações do seguro. Com a entrada em vigor da medida provisória, os repasses aos ministérios acabam.

IMPACTOS

De acordo com o governo, a MP tem por objetivo evitar fraudes e amenizar os custos de supervisão e de regulação

do seguro por parte do setor público, atendendo a uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU).

David Duarte Lima, doutor em Segurança de Trânsito pela Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica), em uma de suas colunas semanais na Rádio CBN, alertou que o fim do DPVAT poderia deixar famílias de vítimas de acidentes de trânsito desamparadas. “A medida pode ser justificável sob o aspecto econômico, mas é um desastre do ponto de vista social”, diz. Para ouvir na íntegra, clique aqui.

Para Eduardo Cadore, que é psicólogo e especialista em legislação de trânsito, essa decisão poderá ter impacto no atendimento do SUS.

“Muitas pessoas têm celebrado a notícia, especialmente sob alegação de desvios do

seguro, entretanto, existindo os desvios, é papel do Estado fiscalizar melhor a distribuição dos valores, e não extinguir um direito constituído desde muito tempo e que auxilia as vítimas, pelo menos parcialmente, no ressarcimento dos gastos em saúde. Até porque muitas vezes as pessoas precisam buscar no serviço particular o atendimento, especialmente pós acidente, como fisioterapia, que em certas regiões do país demoram meses para serem disponibilizadas ao cidadão”, alega Cadore.

FRAUDES

Em entrevista ao Portal do Trânsito, Bruno Sobral, que é advogado especialista em trânsito, avaliou que a extinção do Seguro DPVAT precisa ser analisada à luz do que acontecia nos bastidores desta espécie de seguro, e não, à luz do suporte que o mesmo propicia para as vítimas de acidentes de trânsito.

“Se formos observar sob esta segunda lupa, tão certo quanto óbvio, que chegaremos à conclusão que esta medida se mostra descabida ou injustificável, no entanto, a gestão do DPVAT – consórcio de seguradoras capitaneadas pela Seguradora Líder, envolve cifras bilionárias arrecadadas por meio do pagamento

do Seguro Obrigatório pago pelos milhões de proprietários de veículos automotores no Brasil. Estas expressivas cifras, inclusive, foram uma das razões que desencadeou a Operação Tempo de Despertar, bem como, a CPI do DPVAT, e após estes eventos se tornou claro que, enquanto o Poder Público buscava apurar e investigar fraudes ocasionadas por particulares (indivíduos estranhos ao consórcio de seguradoras), nos átrios deste mesmo consórcio interesses outros estavam a propiciar e fomentar desvio que orbitava a casa dos bilhões de reais”, explica.

O especialista pondera também, que a ausência de pagamento dos valores de indenização às vítimas, bem como, a suspensão de repasses ao Sistema Único de Saúde (SUS) tende a ocasionar um considerável prejuízo social.

“Todavia, ao fim e ao cabo o que se faz necessário é o investimento e a priorização na busca da redução dos acidentes, caso contrário, verdadeiras “cortinas de fumaças” continuarão a serem orquestradas, tão somente, na cruel e interminável busca de se lucrar expressivas cifras ao custo da desventura e desinformação alheias”, finaliza.

Toffoli derruba a própria liminar e reduz valor do DPVAT

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, voltou atrás e acolheu pedido do governo para extinguir sua própria liminar que suspendeu a resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) que reduziu os valores do seguro obrigatório Dpvt (sigla de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Vias Terrestres).

“Exerço o juízo de retratação e reconsidero a decisão liminar anteriormente proferida nesses autos”, escreveu Toffoli na Tutela Provisória na Reclamação 38.736.

O pedido foi feito pela Advocacia-Geral da União

(AGU), sob o argumento de que “não era razoável a alegação da Seguradora Líder — consórcio de empresas que administra o seguro obrigatório — de que a redução dos valores torna o Dpvt economicamente inviável”.

Segundo nota da AGU, a seguradora que pediu a liminar “omitiu a informação de que há disponível no fundo administrado pelo consórcio, atualmente, o valor total de R\$ 8,9 bilhões, razão pela qual, mesmo que o excedente fosse extinto de imediato, ainda haveria recursos suficientes para cobrir as obrigações do Seguro Dpvt”.

A AGU também informou ao presidente do STF que, no

orçamento aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) para as despesas do consórcio de seguradoras do Dpvt para o ano de 2020, houve supressão de R\$ 20,3 milhões.

A nova decisão do STF tem efeito imediato, e o calendário de pagamento do Dpvt teve início no dia 9 de janeiro.

Com a reconsideração do ministro Toffoli, o preço pago pelo seguro cai. “O valor do seguro passa a ser de R\$ 5,21 para carros de passeio e táxis e R\$ 12,25 para motos, o que representa uma redução de 68% e 86%, respectivamente, em relação a 2019”, de acordo com a AGU.



Ministro Dias Toffoli



Projeto prevê prisão para motorista bêbado em caso de acidente com morte ou lesão

O Projeto de Lei 600/19, já aprovado pelo Senado, altera o Código de Trânsito Brasileiro para proibir a substituição da pena de prisão por pena restritiva de direitos (alternativa) no caso homicídio culposo e lesão corporal culposa provocada por motorista sob o efeito de álcool ou drogas. O crime é considerado culposo quando é não intencional.

Atualmente, segundo o Código Penal, as penas de prisão podem ser substituídas por penas alternativas em caso de crimes culposos, independentemente da pena.

Autor do projeto, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) afirma que a legis-

lação penaliza apenas a família da vítima, que, além da dor da perda de entes queridos, precisa lidar com a impunidade.

“Queremos que os referidos autores passem ao menos um período mínimo na prisão, como um preso comum, ainda que no regime semiaberto ou aberto. A prisão tem um evidente potencial dissuasório e não vemos por que não a utilizar, quando necessário”, disse.

Tramitação

O texto será analisado pelas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário.

Proposta determina que as locadoras de carro disponibilizem cadeirinhas

O Projeto de Lei 5809/19 determina que as locadoras de automóveis ofereçam assentos infantis, adequados a cada idade, em quantidade suficiente para atender toda a demanda por esse tipo de equipamento pelos usuários do serviço. O texto altera o Código de Trânsito Brasileiro.

A proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados. “Quando o cidadão viaja e precisa alugar um veículo, nem sempre é possível obter o atendimento, pois muitas vezes as locadoras não dispõem de quantidade suficiente de cadeirinhas”, disse a autora, deputada Edna Henrique (PSDB-PB) (foto).

TRAMITAÇÃO

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Viação e Transportes; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Aprovado projeto para sinalização de rodovias federais após obras

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1508/19, do deputado Santini (PTB-RS) (foto), que exige a sinalização de trânsito nas rodovias federais após a realização de obras.

Segundo o texto aprovado, os editais de licitação para obras em rodovias federais deverão prever a obrigatoriedade de sinalização definitiva após a realização das obras de pavimentação, restauração, recuperação ou manutenção, e antes de abertura ao tráfego.

O texto insere a medida na Lei 10.233/01, que trata da reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre no País.

Por tramitar em caráter conclusivo, o projeto seguirá para o Senado, a menos que haja recurso para ser votado

no Plenário da Câmara.

O PL 1508/19 foi relatado pelo deputado Sanderson (PSL-RS), que recomendou a aprovação do substitutivo da Comissão de Viação e Transportes, aprovado em junho último. O substitutivo foi elaborado pelo deputado Bosco Costa (PL-SE).



Apresentação pela internet de recurso contra multa de trânsito é previsto em projeto



O Projeto de Lei 5794/19 dá aos condutores de veículos a possibilidade de protocolizar por meio eletrônico recurso de infrações, defesa prévia e indicação de condutor. Pelo texto, o serviço deverá ser oferecido pelo órgão de trânsito, conforme regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

A proposta, da deputada Rejane Dias (PT-PI) (foto), tramita na Câmara dos Deputados. O texto acrescenta a medida ao Código de Trânsito Brasileiro.

A ideia da parlamentar é gerar eficiência ao processo relativo às infrações. “Com a atual disponibilidade de tecnologia, não fazem sentido os tempos de espera nos órgãos de trânsito. Do mesmo modo, alguns serviços que atualmente são feitos via remessa postal já deveriam estar disponíveis na internet”, defende.

Rejane Dias lembra que cidades como São Paulo e Curitiba já oferecem o serviço. “O momento inicial da viabilidade foi superado e cabe ao Parlamento adotar medidas para que essas facilidades cheguem aos cidadãos de todo o País”, diz.

Se a nova regra for aprovada e virar lei, os Detrans terão um ano para implantá-la.

TRAMITAÇÃO

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Veja como solicitar o reembolso do DPVAT

Quem pagou o valor a mais do Seguro Obrigatório, que estava valendo até a primeira semana de janeiro, pode solicitar a devolução desde o dia 15

A Seguradora Líder, que administra o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos (DPVAT), começou a devolver o valor a mais pago pelo benefício, após o ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizar a redução na tarifa – seguindo resolução do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados).

Para solicitar a restituição da diferença, a Seguradora Líder disponibiliza o site <https://restituicao.dpvatsegurodotransito.com.br>, onde deverá ser informado: CPF ou CNPJ do proprietário, Renavam do veículo, e-mail de contato, telefone de contato, data em que foi realizado o pagamento a maior, valor pago, banco, agência e conta corrente ou conta poupança do



proprietário.

Ao enviar a solicitação, o proprietário receberá um número de protocolo para o acompanhamento da restituição, no mesmo site. Após o cadastro, a restituição será processada em até dois dias úteis, dependendo, apenas, da compensação bancária para a sua finalização.

A nova tabela, aprovada pelo CNSP, reduz de R\$ 16,20 para R\$ 5,23 a tarifa para carros de passeio e de R\$ 84,58 para R\$ 12,30 o valor

referente a motocicletas.

VEJA OS VALORES QUE ESTÃO VALENDOS:

Automóveis particulares, táxis e carros de aluguel, terão uma redução de 68%, de R\$ 16,21 em 2019 para R\$ 5,23 em 2020.

Para os ciclomotores, o valor cairá de R\$ 19,65 para R\$ 5,67, uma queda de 71%.

O valor para caminhões será de R\$ 5,78, redução de 65,4%.

Os ônibus, micro-ônibus e lotações com e sem frete terão

o seguro reduzido em 72,1% e 67,3%, respectivamente, os valores ficarão em R\$ 10,57 e R\$ 8,11.

Já o seguro para as motocicletas e motonetas, que concentram a maior arte dos acidentes de trânsito que demandam o acionamento do DPVAT, o valor terá uma redução de 86% caindo de R\$ 84,58 para R\$ 12,30.

OUTRAS INFORMAÇÕES

É importante destacar que o site restituicao.dpvatsegurodotransito.com.br receberá somente os pedidos de restituição da diferença de valores pagos referente ao Seguro DPVAT 2020.

Para o proprietário que pagou o Seguro DPVAT 2020 duas vezes, a solicitação da restituição destes valores deve ser feita pelo <https://www.seguradoralider.com.br/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes>.

Os proprietários de frotas de veículos devem enviar um e-mail para restituicao.dpvat@seguradoralider.com.br.

6 principais infrações que você precisa evitar ao viajar de carro

Quais são as 6 principais infrações que você precisa evitar ao viajar de carro.

Entre todas as situações que podem acarretar dores de cabeça em uma viagem, as infrações de trânsito podem ser as piores, especialmente se você for o condutor e proprietário do veículo que será usado na viagem. Além dos custos, a sua segurança e a dos demais passageiros pode ser colocada em risco.

Por isso, preparamos um artigo com as 6 principais infrações que você precisa evitar ao viajar de carro. Assim, além de garantir toda a diversão e descanso que você merece, também evitará esses problemas.

EXCESSO DE VELOCIDADE

Se você é do tipo tendencioso a acelerar demais, é preciso que fique atento ao pedal e não corra. Nesses casos, geralmente, quem anda com crianças no carro tende a ter mais cuidado com a velocidade do veículo.

O excesso de velocidade é uma das maiores causas de acidentes graves no trânsito brasileiro. Não arrisque!

AUSÊNCIA DE EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS

Por mais que a mecânica do veículo esteja em dia, imprevistos acontecem e nunca se sabe quando um pneu pode furar ou o carro pode dar um defeito.

Por isso, além do número da seguradora para o caso de precisar acionar o seguro auto, é importante que você tenha todos os equipamentos obrigatórios como triângulo, estepe e macaco em mãos.

TRANSPORTE IRREGULAR DE ANIMAIS

É comum encontrar famílias que possuem pets e que os levam em viagens e isso é muito legal, mas é fundamental que esse transporte seja feito de maneira adequada, utilizando coleiras apropriadas ou caixas de transporte.

DIRIGIR EMBRIAGADO

As paradas na estrada são essenciais, especialmente em viagens longas. Elas servem para que as pessoas dentro do carro possam caminhar um pouco, usar o banheiro e comer alguma coisa.

Mesmo que esteja muito calor e seus companheiros de viagem resolvam tomar uma cerveja, não caia em tentação. A fiscalização com bafômetro é capaz de acusar qualquer consumo alcoólico e a multa por dirigir embriagado é bem desagradável. E, atenção, esse pode ser o menor de seus problemas. Acidentes causados por motoristas embriagados costumam acabar em tragédias para

todas as famílias envolvidas. Não entre nessa!

FARÓIS APAGADOS

Não importa a hora do dia em que você está viajando, dirigir com os faróis apagados pode gerar uma multa salgada e o acréscimo de 4 pontos na carteira.

Por isso, antes de pegar a estrada, veja se eles estão funcionando bem e os acenda.

USO DO CELULAR

O celular, através do GPS, pode auxiliar bastante em viagens para locais pouco conhecidos. O importante é não utilizá-lo, enquanto se dirige, para ligações, mensagens, fotos, etc.

Manusear o celular é infração gravíssima e pode colocar em risco a segurança de todos.

Agora que você conhece as 6 principais infrações que você precisa evitar ao viajar de carro nas férias, será bem mais simples ter uma viagem tranquila, segura e longe de problemas ou prejuízos.



Pesquisa detecta álcool em quase 40% dos mortos no trânsito do RS

Uma parceria entre o DetranRS e o Instituto-Geral de Perícias (IGP) permitiu ao Rio Grande do Sul chegar a um diagnóstico sobre a influência do álcool em acidentes de trânsito. O cruzamento das informações das vítimas com as perícias realizadas pelo IGP em 2018 detectou que 38,3% dos mortos no trânsito do Estado tinham álcool no sangue. Para os condutores que morreram nas madrugadas de domingo, esse percentual chega a 94,7%. A amostra totalizou 1.047 vítimas, ou 62,7% do total de mortos no período. O acompanhamento passará a ser permanente.

Entre os motoristas mortos em acidentes de trânsito no ano passado, 41,3% tinha algum grau de álcool no sangue. Mas o dado mais surpreendente é a presença de álcool em 45,9% dos pedestres vítimas de acidentes de trânsito em 2018. Também chama a atenção o percentual de ciclistas mortos com álcool no sangue (42,1%), maior que entre os motociclistas (34,4%). Mais da metade dos ciclistas e pedestres que tiveram resultado positivo para álcool morreram em rodovias.

DIA E HORA

Os resultados da pesquisa mostraram que os testes positivos para alcoolemia em vítimas de trânsito são maiores durante a madrugada (64,6%) e no turno da noite (48,6%). O álcool também está mais presente nas vítimas que morrem aos domingos (59,7%) e aos sábados (46,7%).

GÊNERO E FAIXA ETÁRIA

De um total de 855 homens que morreram no trânsito em 2018 e que foram testados para alcoolemia, 359 apresentaram resultado positivo (42%). Entre as 192 mulheres mortas em acidentes que foram testadas, 42 tinham bebido (21,9%).

Analisando-se as faixas etárias, os mais jovens e os mais velhos representam os menores percentuais entre as pessoas testadas. Das vítimas com até 24 anos, 36,6% estavam alcoolizadas no momento do acidente. Acima de 55, esse percentual foi de 26,9%. Mas entre os mortos das demais faixas etárias, foi encontrada presença de álcool em mais de 40% dos casos: 42,7% de 25 a 34 anos, 44% de 35 a 44, e 47,9% entre 45 a 54 anos.

O resultado da pesquisa confirma estudos científicos internacionais e protocolos de segurança nos quais o Governo do Estado se baseou para desenvolver políticas públicas como a Balada Segura e a Viagem Segura, mostrando o acerto na escolha do fator de risco prioritário.

“Agora, analisaremos os dados por região, dias e horários onde se concentram os acidentes envolvendo álcool para melhor direcionarmos nossos esforços”, afirma o diretor-geral do DetranRS, Enio Bacci.

A partir do próximo ano, a Autarquia vai visitar as regiões do RS Seguro com maiores índices de acidentalidade, e também as maiores cidades com maior número de mortes por 100 mil habitantes para propor soluções. O Departamento apresentará dados estatísticos da região, tanto de alcoolemia, como pontos críticos, enfim, um diagnóstico completo para que se possa pensar intervenções eficientes. A Escola Pública de Trânsito também, a partir dos dados estatísticos, irá propor intervenções na área de educação para o trânsito. A ideia é que, com esses esforços de estatística, o DetranRS já leve algumas soluções em termos de educação e engenharia para melhorar a questão da acidentalidade nessas localidades. *(As informações são do Detran/RS)*

Detrans terão prazo até junho para adequação à CRLV digital

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) determinou prazo até 30 de junho deste ano para que os Detrans de todo o país estejam adequados a fornecer aos motoristas o novo formato digital do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), o CRLV-e, conforme prevê a deliberação nº 180/2019 do Contran, publicada no início deste mês, que trata da substituição do documento em papel pelo modelo eletrônico.

Segundo o Contran, o motorista poderá, opcionalmente, utilizar uma via impressa do CRLV-e, que terá a mesma validade do documento digital. A diferença é que o documento será impresso em papel comum, validado por um QR Code específico.

De acordo com o ministro substituto da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, a medida faz parte das diretrizes de transformação digital do governo do

presidente Jair Bolsonaro.

“Essa é mais uma iniciativa do governo para simplificar a vida do cidadão, trazendo mais modernidade e agilidade para o dia a dia das pessoas”, disse.

“O CRLV-e somente será expedido após a quitação dos débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, bem como o pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT)”.

Para ter acesso ao CRLV digital, o motorista precisa baixar o aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT) no celular e cadastrar os dados do veículo na plataforma. Com isso, terá a visualização do documento sem a necessidade de acesso à internet.

O aplicativo, desenvolvido pelo Serpro, em parceria com o Denatran, está disponível gratuitamente nas lojas Google Play e App Store. *(Imagem ilustrativa abaixo).*

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Detran/RS alerta para falsos e-mails de multas

O Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran/RS) registrou recentemente um aumento no número de questionamentos referentes a multas recebidas por e-mail. A Autarquia alerta que se trata de um comunicado falso, já que as notificações de autuação e de imposição da penalidade são sempre enviadas pelos Correios com aviso de recebimento (ou seja, é necessário que alguém assine ao receber).

A nova versão do golpe encaminha um documento contendo um suposto extrato de multas. A mensagem diz:

“Consta em nosso (SIER) Sistema Integrado de Estradas e Rodagens, várias infrações cometidas pelo seu veículo e devido ter ocorrido o retorno da notificação das infrações, estamos enviando as notificações online, pois o mesmo consta registrado no GRAVAME em seu cadastro”.

E finaliza induzindo a pessoa a clicar nos links que contém vírus.

Para conferir a situação do um veículo ou a pontuação de um condutor, o cidadão deve buscar sempre os canais oficiais, como o site do DetranRS (www.detran.rs.gov.br)



CARTAS

MUSTANG

Quem nunca pensou em dirigir um Mustang? Esse carrão é uma sacada muito boa da Autoescola de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O marketing em meio a crise é fundamental para chamar a atenção de sua marca e oferecer um serviço de qualidade. Se a empresa ficar atenta a toda a estrutura instrutiva básica, terá grande retorno.

Arão Roger – Porto Alegre/RS

RADARES

Não é coincidência. A suspensão do uso de radares móveis pela Polícia Rodoviária Federal coloca em risco a vida das pessoas. O aumento no número de acidentes entre agosto e outubro é uma triste realidade, um triste resultado da decisão errada do nosso governo. Como bem disse o editorial da edição anterior, o trânsito precisa ser tratado com mais cuidado.

João Gastão – Curitiba/PR

QUALIDADE DE VIDA

A pesquisa apresentada na edição anterior do jornal do Monatran mostrou que a mobilidade urbana afeta a qualidade de vida do cidadão. É um fato simples, mas que mostra muita coisa. Possivelmente o número de doenças e transtornos também é maior em cidades com mobilidade urbana precária.

Fernanda Mendes – Rio de Janeiro/RJ

RESPEITO

Falamos tanto das autoridades, que não respeitam o cidadão, mas o próprio cidadão tem que fazer por merecer. Além da falta de respeito ao idoso mencionada na edição anterior, acrescento a falta de respeito nas vagas de idosos. Hoje vi um homem estacionar na vaga de idoso só para comprar pão. Honestidade começa nas pequenas coisas.

Manoela Silva – Biguaçu/SC

ÁLCOOL

A Portaria 1343/19 do Ministério da Economia, é um perigo para o trânsito. A brecha para consumo de álcool é um perigo para a sociedade. Os números nos últimos anos têm sido de queda no número de mortes no trânsito das rodovias federais e essa chance de consumir álcool será um perigo para a sociedade e para os próprios caminhoneiros.

Hellen Souza – Campo Grande/MS

FELIZ 2020

Perfeito o artigo do doutor José Roberto de Souza Dias sobre a nova situação do país. Depois de anos de roubos e mais roubos, o resultado está nos hospitais, escolas e até no trânsito. A mobilidade urbana no país beira o absurdo, enquanto o governo de esquerda se preocupava com outras coisas. Coisas mais pessoais. Vamos torcer para que o novo governo continue a mudança para a melhor.

Samir Ale – Brasília/DF

SÃO JOSÉ

A realidade na grande Florianópolis é de política para aprovação do que é bom para o cidadão. Um exemplo disso é integração dos municípios ao transporte coletivo de Florianópolis. A capital é a principal rota da região, mas alguns políticos insistem em não aderir. Parabéns São José por aprovar.

Gabriel Vargas – São José/SC

ESPAÇO

O espaço nas vias está cada vez mais apertado. Os veículos estão ocupando espaços cada vez maiores, com as montadoras aproveitando cada centímetro da rodovia e deixando os demais condutores em grandes apertos. As ruas precisam ter mais espaço, mas o transporte férreo e coletivo deve ser prioridade para os governantes.

Everaldo Antunes – São Paulo/SP

PONTE

Eu vivi para passar pela ponte Hercílio Luz. Um sonho! Passei na minha infância, com meus pais, e neste mês de janeiro pude passar com meus filhos. Uma emoção. Entretanto é nítido que ainda falta muito para finalizar. As constantes interrupções da via mostram que a inauguração serviu para outros interesses.

Daniel Souza – Florianópolis/ SC



Mais de R\$ 9,3 bilhões disponíveis para segurança e educação no trânsito deixam de ser utilizados

Entre 2005 e 2018, o Brasil deixou de utilizar R\$ 9,31 bilhões disponíveis por meio do Funset (Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito) para custear ações de segurança e educação de trânsito no Brasil. O levantamento foi feito pela CNT (Confederação Nacional do Transporte) que analisa, na nova edição do boletim Economia em Foco, a arrecadação e a destinação de recursos do Fundo.

As verbas do Funset provêm, entre outras fontes, de multas administrativas, contratuais e judiciais. Conforme o Decreto nº 2.613/1998, os recursos devem ser utilizados para financiar ações com poten-



cial de tornar as rodovias brasileiras mais seguras, ao estimular um maior respeito às leis de trânsito e, consequentemente, colaborar para a redução da quantidade e da gravidade dos acidentes.

Na análise, a CNT aponta que a arrecadação do Fundo cresceu 2.039,6% de 2005 para 2018, passando

de R\$ 45,59 milhões para R\$ 975,43 milhões.

“Houve um aumento dos valores disponíveis para despesas do fundo, tanto em termos de recursos arrecadados como de autorizados, mas sem um acréscimo expressivo do valor utilizado”, aponta a Confederação.

A situação é prejudicial

principalmente em razão do elevado número de acidentes no país. Somente em 2018, foram registradas 69,21 mil ocorrências. Em mais de 4,5 mil delas, ao menos uma pessoa morreu e, em 49,46 mil, foram registradas vítimas.

Para a CNT, o baixo uso de recursos do Funset favorece a continuidade dos acidentes, que geram prejuízos para o Brasil. “Isso evidencia um comportamento pouco estratégico por parte do governo federal, que compromete os recursos públicos mais com despesas associadas a acidentes rodoviários do que com ações preventivas.” Para se ter uma ideia, entre 2007 e 2018, o valor

gasto com os acidentes de trânsito nas rodovias federais policiadas foi quase 58 vezes maior que o valor desembolsado pelo Fundo no mesmo período.

Assim, a Confederação Nacional do Transporte sustenta a necessidade de uma mudança na gestão do orçamento público, que priorize os desembolsos do Funset e a utilização de parte dos recursos para financiar operações da PRF (Polícia Rodoviária Federal). Além disso, incluir, no dispositivo legal do Funset, a possibilidade de uso desses recursos para o financiamento dos investimentos em infraestrutura de transporte, sobretudo em locais com grande ocorrência de acidentes.

ESPAÇO LIVRE

William Gonçalves *



A legalidade da prisão em flagrante por qualquer do povo no crime de embriaguez ao volante

A discussão em torno do tema é latente, vez que é um dos poucos crimes previsto no CTB que não comporta a lavratura do Termo Circunstanciado, devendo o delegado de Polícia proceder na forma do art. 304 CPP e parágrafos, caso convicto do estado de flagrância.

Em regra é um agente público (leia-se, policiais, agentes de trânsito) o encarregado de apresentar o capturado a autoridade policial, contudo, caso não seja o acusado levado a autoridade pelos agentes acima informados, mas por condutor envolvido num acidente com aquele, ou alguém que ao parar para ver um acidente, percebe estar o envolvido em estado ébrio, ou ainda por

um Bombeiros Militar que foi ao local, único agentes públicos no local até então, pensamos não ser esse motivo para obstar o indiciamento pela autoridade.

Esse entendimento encontra-se fundamentado no § 2º art. 306 da Lei 9503/97, onde afirma que as testemunhas podem ser utilizadas para provar o fato embriaguez.

Na apresentação do preso ao delegado, caberá a este a requisição de equipamento de etilômetro, (prova não repetíveis), ao órgão de trânsito, caso a delegacia não disponha, podendo ainda encaminhar ao hospital para coleta de sangue, (que permite contraprova) ou se valer dos sinais indicados na resolução 432/2013 do Contran que trata do tema,

para se convencer do estado flagrantial.

Poderá ainda a autoridade policial após a conclusão do procedimento administrativo, comunicar a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via para a lavratura do AIT por incurso no art. 165 do CTB (caso seja via pública).

Assim sendo, não há que se falar em agentes exclusivamente legitimados no art. 144 da CFRB, para a condução até a autoridade policial, pois a prova do tipo penal cabível para juízo sumário do delegado poderá ser qualquer das admitidas em direito, forte no § 2º art. 306 da Lei 9503/97 c/c art. 301 caput do CPP.

* Bacharel em Ciências Jurídicas e agente de trânsito municipal na cidade de Itajaí/SC

ROBERTO A. BENTES DE SÁ



**Palavra do Presidente
Gratidão**

PÁGINA 3

JOSÉ ROBERTO DE S. DIAS



**Cidade, essa grande
vitrine da vida**

PÁGINA 5

DIRCEU RODRIGUES A. JUNIOR



**“Carro novo - coquetel tóxico”
Repercussão sobre a saúde**

PÁGINA 7

WILLIAM GONÇALVES



**A legalidade da prisão
em flagrante**

PÁGINA 15

Motoristas e pedestres reconhecem melhorias no trânsito e diminuição de acidentes depois da instalação de radares

Uma pesquisa realizada em oito capitais do Brasil pela Paraná Pesquisa para a Abeetrans (Associação Brasileira das Empresas de Engenharia de Trânsito) durante os meses de junho e julho de 2019, mostra que 79,5% dos brasileiros aprovam o uso de controladores eletrônicos de velocidade.

Realizada com 6.454 pessoas maiores de 18 anos de idade, sendo 3.227 motoristas e 3.227 pedestres, divididos por sexo, faixa etária, grau de escolaridade e posição geográfica, a pesquisa atingiu um grau de confiança de 95% e reforça a importância da informação e da educação para um trânsito mais seguro.

Segundo Sílvio Médiçi, presidente da Abeetrans, esse retrato das principais capitais do país mostra que a percepção da importância da fiscalização eletrônica de trânsito pode ser afetada pela falta de informação.

“Muitos usuários desconhecem que a principal causa de mortes e acidentes nas vias no Brasil é o excesso de velocidade. Mais da metade dos entrevistados desconhecia que 60% dos leitos de UTI são ocupados por vítimas de acidentes de trânsito, e quase 66% não

faziam ideia de que foram gastos R\$ 3 bilhões nos últimos 10 anos só para atender vítimas de trânsito. Mas, quando são informados disso, a conscientização e a adesão à fiscalização de trânsito muda”, conclui Médiçi.

Raio-X

A pesquisa de opinião revela que 47,3% dos participantes percebem a diminuição de acidentes e 46,3% melhorias no trânsito depois da instalação de radares. Entre o público feminino a aprovação da fiscalização eletrônica é mais alta, chegando a 81,1% em relação a 69,7% dos homens. Jovens de 18

a 24 anos são os que mais aprovam, representando 80,6%; os de 25 a 34 anos somam 76,6% e os de 34 a 60 anos ou mais ficam empatados com pouco mais de 74% de aprovação.

75,6% do público respondente diz não ter sido multado por radares eletrônicos nos últimos seis meses, e 21,8% acreditam que os maiores beneficiários dos controladores de velocidade sejam os pedestres. Motoristas e pedestres mineiros são os que mais aprovam o uso de radares, com 82,2%, em seguida estão os gaúchos (81,7%), florianopolitanos (76,9%), curitibanos (75,5%), brasi-

lienses (74,7%), fortalezenses (74%), paulistanos (73,4%) e cariocas (68,7%).

Conhecimento que salva vidas

A pesquisa mostra ainda que os pedestres e motoristas estão bem informados acerca do trânsito no Brasil. Por exemplo, 80,8% deles sabem que o excesso de velocidade é a maior causa de mortes nas rodovias federais e 57,2% têm conhecimento de que mais de 40 mil pessoas morrem por ano devido aos acidentes de trânsito. Diferentemente, eles têm pouco conhecimento sobre o funcionamento do monitoramento eletrônico de

velocidade. Quando questionados sobre quem fica com o dinheiro das multas 71% respondeu não saber que não são as empresas fabricantes de radares.

Após serem informados, entre outros dados referentes ao trânsito, de que os fabricantes de radares recebem pelo aluguel dos equipamentos e não pelas multas emitidas, a aprovação aos controles eletrônicos de velocidade cresceu entre motoristas e pedestres, e apenas 17,6% se declararam contra o uso.

Luiz Gustavo Campos, diretor e especialista em trânsito da Perkons, reforça que a fiscalização eletrônica, assim como educação para o trânsito – que inclui informação, campanhas periódicas e um canal aberto com a sociedade – é um importante instrumento de segurança e cidadania.

“Essas tecnologias de trânsito auxiliam órgãos e gestores públicos a pensarem e gerirem mobilidade urbana, além de ajudarem a conscientizar motoristas em relação ao cumprimento das regras e leis de trânsito, com o objetivo único de tornar vias públicas lugares mais humanos, seguros e democráticos”, destaca.

